

SUMÁRIO

Prefácio – ODETE MEDAUAR.....	9
Apresentação	11
Introdução.....	19
1. Governança pública, Estado contratual e Administração Pública consensual.....	23
1.1 Contextualização e premissas temáticas.....	23
1.2 Governança pública: a busca pelo consenso no setor público a partir da negociação.....	25
1.3 A negociação no Estado contemporâneo: o advento do Estado contratual.....	28
1.4 Administração Pública e negociação	33
1.5 Concertação administrativa	36
1.6 Administração Pública e consensualismo administrativo.....	38
1.7 Administração Pública consensual: administrando pela via dos acordos	40
2. A nova contratualização administrativa e o contrato de gestão	43
2.1 Contratualização administrativa: significado e alcance	43
2.1.1 Contratos e ação pública: novas funções para o contrato no setor público.....	46
2.1.2 Contratualização administrativa e a emergência de uma nova legalidade	50
2.2 Os contratos de ação pública	53
2.2.1 Âmbito de aplicação dos contratos de ação pública	55
2.2.1.1 A Administração Pública consensual.....	55
2.2.1.2 O domínio econômico.....	57
2.2.1.3 O domínio social	58
2.2.1.4 A organização administrativa e a organização territorial.....	61
2.2.1.5 A atividade administrativa informal e o consensualismo	66

2.3	Contratualização administrativa, Reforma do Estado e contrato de gestão.....	70
3.	O contrato de gestão nos sistemas administrativos estrangeiros	74
3.1	A experiência francesa: a contratualização da gestão e os centros de responsabilidade.....	74
3.1.1	As raízes da nova contratualização administrativa: a importância do Relatório Nora (1967)	74
3.1.2	Os contratos de programa (1970)	78
3.1.3	Os contratos de empresa (1976)	79
3.1.4	Os contratos de plano (1982)	79
3.1.5	Os contratos de objetivos (1988)	82
3.1.6	A natureza jurídica dos novos contratos no sistema francês.....	82
3.1.7	A fase atual: a contratualização da gestão pública	85
3.1.8	Contratos de gestão e os centros de responsabilidade (1989).....	88
3.1.8.1	A problemática dos centros de responsabilidade ..	91
3.1.9	Análise e prospecção da contratualização da gestão pública na França.....	95
3.2	A experiência britânica: as agências executivas e os documentos de estrutura	98
3.2.1	A Reforma Administrativa britânica	98
3.2.1.1	A primeira fase: a Unidade de Eficiência.....	99
3.2.1.2	A segunda fase: os Princípios Fundamentais da Boa Administração	100
3.2.1.3	A terceira fase: as Agências Executivas e o Relatório “Próximos Passos”	101
3.2.2	Os documentos de estrutura: noção, conteúdo e natureza jurídica	104
3.2.3	Fase atual: a Nova Administração Pública e os documentos de estrutura	109
3.2.4	Síntese prospectiva	116
3.3	A experiência italiana: os acordos de programa e os acordos organizatórios	117
3.3.1	A origem da contratualização no sistema italiano	117
3.3.2	Os acordos administrativos.....	119
3.3.2.1	Os acordos administrativos e a prática administrativa.....	120

3.3.2.2	Os acordos administrativos e o direito positivo ..	122
3.3.2.2.1	Os acordos de programa e a função de programação administrativa	123
3.3.2.2.2	Os acordos organizatórios	124
3.3.2.2.3	A conferência de serviços.....	125
3.3.3	Reforma do Estado e acordos administrativos.....	128
3.3.4	Síntese prospectiva	130
3.4	A experiência norte-americana: as agências administrativas e os planos de desempenho	132
3.4.1	A Reforma Administrativa nos EUA: a <i>National Performance Review</i> (1993)	132
3.4.1.1	Estado empreendedor e busca por resultados.....	135
3.4.1.2	O foco na avaliação de desempenho	138
3.4.2	Reinventando a Administração Pública: a importância do Relatório Gore	141
3.4.3	A <i>National Performance Review</i> e o plano de desempenho das agências	146
3.4.4	Síntese prospectiva	149
4.	O contrato de gestão na Constituição de 1988	152
4.1	Administração Pública consensual e contrato de gestão	152
4.1.1	Administrando por meio do contrato: significado da expressão.....	152
4.1.2	Administração Pública consensual e o seu duplo enfoque.....	155
4.1.2.1	A funcionalização da Administração Pública consensual.....	158
4.1.3	Administração Pública consensual, contrato de gestão e Constituição	160
4.2	Contrato de gestão e modernização da Administração Pública: gerencialismo, eficiência e controle de resultados na EC 19/98.....	162
4.2.1	Premissas para a análise do § 8.º do art. 37 da Constituição de 1988	162
4.2.2	Administração Pública gerencial e eficiência na Constituição de 1988.....	169
4.2.2.1	Gerencialismo e burocracia: um contraponto necessário	175
4.2.3	O controle de resultados da atividade administrativa.....	181
4.2.4	Administração Pública por objetivos e o contrato de gestão.....	184

4.2.4.1	O contrato de gestão de base constitucional: proposta de definição	185
4.3	A matriz constitucional do contrato de gestão: uma interpretação do § 8.º do art. 37	186
4.3.1	A função administrativa de programação: programação originária e programação derivada	186
4.3.2	Contrato de gestão como difusor da normatividade programática estatal	187
4.3.3	O § 8.º do art. 37 da Constituição de 1988: norma constitucional de eficácia limitada, definidora de princípio institutivo	188
4.3.3.1	O enquadramento legal do contrato de gestão	191
4.3.4	O objeto do contrato de gestão.....	192
4.3.5	Contrato de gestão e controle interno da Administração Pública.....	193
4.3.6	As partes do contrato de gestão	195
4.3.6.1	O contrato de gestão entre órgãos administrativos: superando as objeções doutrinárias	196
4.3.7	O conteúdo do contrato de gestão.....	200
4.3.7.1	O conteúdo organizatório	200
4.3.7.2	O conteúdo regulamentar: a diferenciação autorizada de regime jurídico	202
4.3.8	Contrato de gestão como acordo administrativo organizatório.....	203
4.3.9	Contrato de gestão e responsabilidade das partes: obrigações de meio e obrigações de resultado	204
4.3.10	Questões referentes à regulamentação legislativa do § 8.º do art. 37 da Constituição de 1988.....	207
4.4	Contrato de gestão e flexibilização da gestão pública	211
4.4.1	Premissas para a compreensão da flexibilização da gestão pública no Brasil	211
4.4.2	Autonomia administrativa e flexibilização da gestão pública	212
4.4.2.1	Autonomia dos órgãos administrativos	214
4.4.2.2	Autonomia das entidades administrativas	216
4.4.3	Contrato de gestão e individualização das autonomias dos órgãos e entidades administrativas	217
4.4.4	Contrato de gestão e remuneração dos servidores.....	220
4.4.5	Síntese parcial.....	221

5. A natureza jurídica do contrato de gestão	223
5.1 A natureza jurídica do contrato de gestão	223
5.1.1 Considerações iniciais	223
5.1.1.1 A opinião de Manoel Gonçalves Ferreira Filho ..	223
5.1.1.2 A opinião de José Afonso da Silva	224
5.1.1.3 A opinião de Celso Antônio Bandeira de Mello ..	224
5.1.1.4 A opinião de Maria Sylvia Zanella Di Pietro	225
5.1.1.5 A opinião de Marçal Justen Filho	226
5.1.1.6 A opinião de Alexandre de Moraes	229
5.1.1.7 A opinião de Edmir Netto de Araújo	230
5.1.1.8 A opinião de Eurico de Andrade Azevedo, Dêlcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho ..	231
5.1.1.9 A opinião de Marcos Juruena Villela Souto	231
5.1.1.10 A opinião de Egon Bockmann Moreira	232
5.1.1.11 A opinião de Diogo de Figueiredo Moreira Neto ..	233
5.1.1.12 A opinião de Odete Medauar	234
5.1.1.13 O entendimento da Escola Nacional de Adminis- tração Pública – Enap	237
5.1.2 Nossa opinião	238
5.1.2.1 Considerações preliminares	238
5.1.2.2 Ato, contrato e acordo administrativos: linhas de evolução da dogmática clássica do direito admi- nistrativo	241
5.1.2.3 Administrando por acordos	245
5.1.2.4 Acordo administrativo: significado e sentidos ..	247
5.1.2.5 Acordo administrativo e contrato administrati- vo: distinção	248
5.1.2.5.1 Acordo administrativo como categoria lógico-jurídica	251
5.1.2.5.2 Acordo administrativo e módulo cons- ensual da Administração Pública	252
5.1.2.6 Contratos de gestão como acordo administrati- vo: classificação proposta	253
5.1.2.6.1 Contratos de gestão internos ou endó- genos	253
5.1.2.6.2 Contratos de gestão externos ou exóge- nos	255

5.1.2.7	Considerações sobre os acordos administrativos no sistema brasileiro	256
5.1.2.7.1	Acordos administrativos e ato administrativo complexo	259
5.1.2.8	Síntese propositiva	262
6.	Contrato de gestão, convênio, termo de parceria das OSCIPs e parceria público-privada	265
6.1	Considerações gerais	265
6.2	Contratos de gestão e convênios: semelhanças e diferenças.....	266
6.3	Contratos de gestão e Termos de Parceria das OSCIPs	272
6.3.1	Estado, Terceiro Setor e Termos de Parcerias das OSCIPs ..	272
6.3.2	Diferenças entre Contrato de gestão e Termo de Parceria das OSCIPs	279
6.4	Contrato de gestão e Parceria Público-Privada (PPP): semelhanças e diferenças	280
6.5	Síntese das funções do contrato de gestão no sistema administrativo brasileiro	288
	Bibliografia.....	293